

na Lei das Sociedades por Ações e nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC - emitidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados, observado o princípio de competência de exercícios e o da confrontação das receitas com os respectivos custos e despesas. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os componentes do ativo circulante e realizável a longo prazo são apresentados aos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos.

c) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, as disponibilidades são compostas da seguinte forma:

	2007	2006
Contas correntes bancárias	52	6
Aplicações financeiras	27.539	25.348
	<u>27.591</u>	<u>25.354</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em fundos de investimentos e títulos que têm liquidez imediata e atualização monetária indexada à variação do CDI.

4. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Impostos a recuperar

	2007	2006
Imposto de renda retido na fonte	1.362	1.423
Imposto de renda e contribuição social a compensar	471	528
	<u>1.833</u>	<u>1.951</u>

b) Provisão para imposto de renda e contribuição social

Os lucros auferidos até o exercício social de 2000 na operação de bauxita calcinada, como definidos na legislação tributária, eram isentos do pagamento do imposto de renda, o qual foi utilizado para a constituição da Reserva de capital - subvenção para investimentos.

A Companhia depositou judicialmente os montantes de imposto de renda e contribuição social devidos sobre os lucros auferidos pela controlada no exterior. Ao mesmo tempo, foi constituída provisão para contingências para cobrir os valores envolvidos no referido questionamento. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os valores envolvidos são de R\$435 para o imposto de renda e de R\$271 para a contribuição social. Nos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os depósitos judiciais estão apresentados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da provisão para contingências, nos montantes mencionados acima.

c) Reconciliação dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais com os valores registrados no resultado:

	2007	2006
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.694</u>	<u>2.976</u>
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	916	1.012
Ajustes para apuração de alíquota efetiva:		
Reversão de provisão para encerramento das atividades	-	(58)
Resultado de equivalência patrimonial	(11)	-
Multas permanentemente indedutíveis	-	3
Compensação com prejuízos fiscais	(272)	-
Demais adições (exclusões), líquidas	<u>(18)</u>	<u>(19)</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social	<u>615</u>	<u>938</u>

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía prejuízos fiscais de R\$ 11.138 (R\$ 11.936 em 2006) e base negativa de contribuição social de R\$ 9.121 (R\$ 9.920 em 2006); os correspondentes créditos fiscais não estão refletidos contabilmente em virtude de, atualmente, a Companhia não apresentar histórico de rentabilidade e expectativa de resultados tributáveis futuros em montante suficiente para compensação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa.

5. INVESTIMENTO / PARTICIPAÇÃO NO PASSIVO A DESCOBERTO DE CONTROLADA

	MSL Overseas Ltd.	
	2007	2006
Informações de investida		
Quotas possuídas	12.000	12.000
Participação no capital social (%)	100	100
Passivo a descoberto	(283)	(316)
Lucro (prejuízo) do exercício	33	(19)

Movimentação dos investimentos		
Equivalência patrimonial	33	(19)
Constituição (reversão) de provisão para perdas com passivo a descoberto em investidas	(33)	19
No fim do exercício	-	-

Composição do resultado de equivalência patrimonial		
Participação no prejuízo da investida	(24)	(46)
Ganhos cambiais	57	27
Total	<u>33</u>	<u>(19)</u>

6. IMOBILIZADO

	2007		2006	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e outras construções	9.283	(9.283)	-	-
Máquinas e equipamentos	18.764	(18.764)	-	-
Outros (inclui direitos de lavra)	3.831	(3.831)	-	-
	<u>31.878</u>	<u>(31.878)</u>	-	-

As terras onde estão localizadas as reservas de bauxita são de propriedade de terceiros, tendo a Companhia o direito de lavra reconhecido e assegurado pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais - DNPM, conforme a legislação em vigor.

Em função do encerramento das atividades da Companhia, ocorrido no exercício de 2003, a depreciação e exaustão dos bens que compõem o imobilizado foram aceleradas, modificando-se assim suas taxas de depreciação e exaustão, para que os mesmos estivessem totalmente depreciados.

7. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	2007		2006	
	CADAM S.A.	Total	Total	Total
Resultado				
Despesas operacionais	360	360	360	360

Essas operações foram realizadas a preços e condições estabelecidos entre as partes.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital está representado por 248.511.911 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 37.000.000 pertencem a acionista domiciliado no exterior.

b) Reserva de capital - Subvenção para investimentos

Reserva constituída com benefícios fiscais de isenção/redução de imposto de renda na área da SUDAM.

c) Dividendos

Conforme o estatuto social, no mínimo 25% do lucro líquido, ajustado pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações, é destinado aos acionistas como dividendo obrigatório.

9. CONTINGÊNCIAS

Os processos fiscais e judiciais foram avaliados em conjunto com consultores jurídicos, sendo constituída provisão quando a expectativa de perda foi considerada provável.

a) Em 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, em função de alegado pagamento a menor da multa de mora por recolhimento em atraso. A Companhia apresentou recurso administrativo, porém, com base na avaliação de seus consultores jurídicos que entendem ser provável a perda, foi constituída provisão no montante de R\$69.

b) A Companhia constituiu provisão para contingências referente a imposto de renda e contribuição social devidos sobre lucros auferidos pela controlada no exterior, no montante de R\$435 e R\$271, respectivamente, que encontram-se integralmente depositados judicialmente.

10. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia contabilizou ajustes no montante total de R\$442, por conciliação de saldos de impostos a recuperar federais com os livros fiscais.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

12. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para